

# PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.488, DE 2023

Institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

**Autores:** Deputados MARIA DO ROSÁRIO  
E OUTROS

**Relator:** Deputado TÚLIO GADÊLHA

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, de autoria da Deputada Maria do Rosário e outros, institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, com o objetivo de promover a preservação e a recuperação dos recursos hídricos do país, por meio da recomposição de matas ciliares e do controle da erosão.

A proposta estabelece diretrizes voltadas à conservação e recomposição das matas ciliares, à mitigação da erosão em áreas de risco, ao fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, à promoção da educação ambiental e à articulação entre poder público, sociedade civil e setor privado.

O texto determina ainda que o Poder Executivo elabore um Plano Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, contendo metas e prazos específicos, e que encaminhe relatórios anuais ao Ministério Público sobre as ações realizadas. Prevê-se a criação de incentivos fiscais e financeiros para proprietários rurais e urbanos que adotarem práticas de



recomposição de matas ciliares e controle da erosão, bem como a instituição de um cadastro nacional de áreas degradadas e em processo de assoreamento.

O projeto também impõe obrigações ambientais a loteamentos urbanos e empreendimentos que envolvam movimentação de solo, exigindo medidas de neutralização de impactos ambientais e prevenção da erosão. Por fim, estabelece que o descumprimento das disposições estabelecidas sujeita os responsáveis às sanções previstas na legislação ambiental.

Na justificativa, os autores destacam que o assoreamento dos rios compromete a qualidade da água, reduz a capacidade de vazão e contribui para enchentes, como as ocorridas no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. Defendem que a recomposição de matas ciliares e o controle da erosão são medidas eficazes e sustentáveis para preservar a biodiversidade, prevenir desastres e garantir a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

A matéria foi originalmente despachada para tramitação em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (arts. 24, II, e 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), à análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável quanto ao mérito, e ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O parecer da **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)** ao Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, reconheceu a relevância da proposta diante do contexto das mudanças climáticas, que têm intensificado a ocorrência de eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais, deslizamentos e enchentes, resultando em graves prejuízos ambientais e humanos. O relator, Deputado Marcelo Queiroz, destacou que tais fenômenos se agravam pela impermeabilização do solo e pela ausência de matas ciliares, fatores que reduzem a infiltração da água, aumentam o escoamento superficial e intensificam os danos causados pelas inundações, ao mesmo tempo em que prejudicam o reabastecimento dos aquíferos.



O texto salientou que, embora o ordenamento jurídico brasileiro já disponha de normas sobre recursos hídricos e questões ambientais, como a Lei Florestal e a Lei de Recursos Hídricos, ainda há lacunas quanto à implementação de medidas práticas e integradas para prevenir o assoreamento dos rios. Nesse sentido, o projeto busca suprir essa ausência ao propor uma Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, centrada na recomposição de matas ciliares e no controle da erosão nas bacias hidrográficas.

O parecer ressalta que o projeto adota instrumentos concretos, como a concessão de incentivos fiscais, financeiros e creditícios a proprietários rurais e urbanos situados próximos a corpos d'água, a criação de um cadastro nacional de áreas degradadas, a instituição de mecanismos de retenção de sedimentos em sistemas de drenagem e obras hidráulicas, e a exigência de medidas mitigadoras de impacto ambiental em empreendimentos urbanos que envolvam movimentação de solo.

O relator informa que, em consonância com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, foram incorporadas sugestões técnicas ao texto, o que demandou a apresentação de um substitutivo. Nesse sentido, a CMADS manifestou-se pela **aprovação do Projeto de Lei nº 4.488/2023, na forma do substitutivo que apresentou.**

O Substitutivo da CMADS mantém o propósito central de instituir a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, mas promove algumas alterações importantes. Em relação ao projeto original, o texto reduz as diretrizes de seis para quatro, eliminando incisos sobre educação ambiental e pesquisa e tecnologias sustentáveis (antigos incisos III e IV do art. 2º). A redação das diretrizes também é simplificada, concentrando-se na recomposição de matas ciliares, no controle da erosão e na articulação entre poder público e sociedade civil.

O art. 3º do projeto, que definia os conceitos de “mata ciliar”, “assoreamento” e “erosão” é suprimido no substitutivo, assim como o parágrafo único do art. 6º e o art. 9º do projeto. Por fim, o art. 8º do texto original, relativo à retenção de sedimentos nos sistemas de drenagem urbana e



controle da erosão em obras hidráulicas, é reformulado e incorporado ao art. 7º do substitutivo, que condiciona essas medidas à avaliação durante o licenciamento ambiental, inclusive na fase de execução de loteamentos.

Em 09/09/2025, foi aprovado o Requerimento de urgência nº 1.450/2024, que alterou o regime de tramitação da proposição, nos termos do art. 155 do RICD, transferindo a competência da matéria para o Plenário, pendente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, será proferido parecer acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, e do Substitutivo da CMADS, nos termos dos arts. 54, I e 139, II, “c”, do RICD.

Quanto à **constitucionalidade formal** das proposições, analisaremos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa e ao meio adequado para veiculação da matéria.

As proposições em questão têm como objeto tema concernente à proteção ambiental e à gestão sustentável dos recursos hídricos, ao estabelecer diretrizes e instrumentos voltados à prevenção do assoreamento de rios por meio da recomposição de matas ciliares e do controle da erosão. A matéria insere-se, portanto, na esfera da competência legislativa concorrente da União, nos termos do art. 24, incisos VI e VIII, da Constituição Federal, que autoriza a edição de normas gerais sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição e responsabilidade por dano ambiental. É legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de projeto de lei ordinária, uma vez que não há exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para disciplina do assunto.



No que tange à **constitucionalidade material**, não vislumbramos ofensa aos princípios e regras que regem o ordenamento jurídico pátrio. As matérias tratadas harmonizam-se com o art. 225 da Constituição Federal, que consagra o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O projeto concretiza esse mandamento constitucional ao instituir uma política nacional voltada à prevenção do assoreamento de rios, promovendo a recomposição das matas ciliares e o controle da erosão, instrumentos diretamente relacionados à preservação da qualidade das águas, à manutenção da biodiversidade e à prevenção de desastres ambientais. Por fim, a proposta coaduna-se com o art. 170, VI, que consagra a defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica, reforçando a compatibilidade material das medidas com os valores constitucionais de sustentabilidade e desenvolvimento equilibrado.

As proposições são dotadas, ainda, de **juridicidade**, uma vez que possuem o atributo da generalidade normativa, inovam no ordenamento jurídico e respeitam os princípios gerais do direito.

Por fim, no que tange à **técnica legislativa**, as matérias adequam-se ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata das normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado TÚLIO GADÊLHA  
Relator

